



**ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA  
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS**

Aos 29 dias de junho de 2021, por meio de plataforma digital Jitsi Meet, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Políticas Culturais – CMPC/SA:

**Representando a Sociedade Civil:**

**Fórum de Coletivos de Cultura** - Reinaldo da Silva Cardoso Junior;

**Fórum de Usuários de Equipamentos e Projetos Culturais** – Neri Silva Silvestre;

**Fórum de Universidades Públicas** – Roberto Carlos Sallai.

**Representando o Poder Público:**

**Secretaria de Cultura** – Eliane Mendana Diniz, Marco Moretto Neto, Valéria Fonseca, Antônio Inácio de Siqueira Junior, Vitor Hugo Moraes e Viviane Gomes da Rocha;

**Unidade de Comunicação e Eventos** – Ana Paola Martins Zanej;

**Secretaria de Cidadania e Assistência Social** – Telma Canevazzi;

**Secretaria de Desenvolvimento e Geração de Emprego** – Rubens Gallino Junior.

**Como convidados:** Renata Regis, Edson (REBISA), Marco (REBISA), Marilena Nakano, Alê Oshiro, Denise Bruno, Maria Antônia Chippari, Fabio Marques, Sandra Dias, Luciana Tavares (REBISA), Valéria Rocha, Maria Elena Villar e Villar, Juliano de Assis, Rosa (EMIA), Márcia Lagua (EMIA).

**Para debater a seguinte pauta:**

**1- Revisão das metas do Plano Municipal de Cultura.**

A reunião é iniciada às 19h15 pelo Presidente do CMPC/SA, Marco Moretto Neto sem o quórum necessário, destacando-se que, com a anuência dos presentes, caso não se constitua o quórum necessário no decorrer da reunião, a mesma não terá caráter deliberativo.

São dadas as boas-vindas aos conselheiros e convidados, em seguida passados os seguintes informes:

**- Aprovação as atas de reunião extraordinária e ordinária:** As referidas atas serão aprovadas na reunião ordinária de julho/2021 devido à falta de quórum.

Segue para a sessão de informes:

**- Fala de representante da EMIA Aron Feldman:** Fabio Augusto de Souza Marques representante da EMIA se apresenta ao Conselho e faz resumo da carta enviada anteriormente à Secretaria de Cultura, reforçando os seguintes pontos:

- Decréscimo do orçamento da Secretaria de Cultura e, conseqüentemente, de seus programas e projetos;
- Decréscimo da quantidade de artistas/professores que atuam na EMIA desde 1999 até 2021;

- Necessidade de reforma da casa anexa;
- Necessidade de corpo docente fixo para garantir vínculo e a continuidade dos projetos;
- Afirma que chamamentos, como o lançado recentemente pela Secretaria de Cultura são adequados para projetos e não para escolas.

Faz os seguintes questionamentos à Secretaria de Cultura:

- Qual o objetivo da troca de professores?
- O que é a EMIA para a Secretaria de Cultura?
- Por que não usar o projeto Territórios de Cultura para fortalecer a EMIA?
- Qual é a concepção de escola para a Secretaria de Cultura?

O Presidente do CMPC/SA esclarece que a solicitação para inclusão do item na pauta foi enviada no dia anterior à reunião, em desacordo com o procedimento estabelecido por este Conselho que prevê que as inclusões devem ser solicitadas com 15 dias de antecedência, portanto, a fala foi concedida durante os informes e os questionamentos não serão respondidos nesta reunião, apenas na próxima ou em reunião extraordinária.

**- Neri Silva Silvestre:**

- Fala sobre a falta de participação da sociedade civil nos Editais FIP Online e Emergencial;
- Reforça a necessidade de isonomia;
- Reforça a necessidade de efetivar as políticas estruturantes e o diálogo;
- Relata afastamento que tem ocorrido nos últimos meses, afirma não se sentir acolhido pela Secretaria de Cultura e pelos Fóruns e que permanecerá fazendo Cultura dentro do Território em que vive.

**- Reinaldo da Silva Cardoso Junior:**

- Fala sobre a falta de resposta aos questionamentos apresentados e a presença de funcionários da Secretaria de Cultura no grupo de WhatsApp dos Fóruns que acompanham as discussões.

Finalizados os informes, é iniciado o debate sobre a pauta:

**Revisão das metas do Plano Municipal de Cultura**

- Reinaldo da Silva Cardoso Junior apresenta documento elaborado por GT dos Fóruns referente a revisão das metas do plano Municipal de Cultura, com a inclusão de apontamentos além dos elaborados pela Secretaria de Cultura:

***Documento aprovado na reunião dos Fóruns de Cultura da Sociedade Civil em 24 de maio de 2021***

*“O presente documento é preliminar, portanto, não conclusivo. Ele é fruto de estudos que vêm sendo realizados no GT de Estudos dos Fóruns. Trata-se de grupo aberto à participação de todos os membros dos Fóruns de Cultura da Sociedade Civil de Santo André.*”

O GT de Estudos tem estudado o Plano Municipal de Cultura, considerando a análise apresentada pelo Executivo, em fins de 2020, no documento “Relatório de Monitoramento de Metas 2019/2020”. Neste relatório, além da análise das Metas, a Secretaria analisou o conjunto de ações vinculado a elas.

Até a presente data, o GT estudou as metas de 1 a 16 e as respectivas ações. Não se restringiu às metas que segundo à análise do Executivo não foram totalmente cumpridas ou mereçam maior aprofundamento, conforme poderá ser visto no quadro a seguir.

Além disso, o GT tem discutido a questão do orçamento, pois o PMC não se viabilizará sem recursos.

Finalmente, o estudo está sendo feito com vistas à participação da sociedade civil na Conferência Municipal Extraordinária de Cultura no ano 2022 que se encarregará da revisão do PMC.

Portanto, considera-se que teremos tempo ainda para aprofundar os estudos, não sendo necessário pular etapas nesse trabalho que vimos realizando.”

META	EXECUTIVO	GT DOS FÓRUNS
META 1 - 80% (oitenta por cento) dos espaços públicos descentralizados e localizados em regiões sem equipamentos culturais com ações periódicas, observando-se o equilíbrio territorial, os agentes culturais locais e as demandas de fruição e formação, em até 5 (cinco) anos após a aprovação do Plano, devendo a meta de 80% (oitenta por cento) ser atingida na progressão de 20% (vinte por cento) ao ano.	É preciso aprofundar a discussão com o CMPC sobre o entendimento de espaços públicos e as divisões regionais para definir indicadores mais precisos. O termo constante na descrição da meta “espaços públicos descentralizados” é demasiadamente abrangente (por ex.: todas as ruas são espaços públicos...). Para efeito de planejamento interno do Secretaria de Cultura tomamos como definição a divisão da cidade em 8 regiões: (resumidamente 1 – Utinga, 2 – Pq. N. Oratório, 3 – Centro, 4 – V. Humaitá, 5 – Palmares, 6 – Jd. Cristiane, 7 – Vila Luzita e 8 – Paranapiacaba . Destas regiões, todas possuem equipamentos culturais. Em todas são desenvolvidas ações periódicas; os projetos Mais Lazer e Ação Territorial desenvolvem ações em praças. Em 2018 e 2019 os editais do Fundo de Cultura contemplaram 46 projetos em 55 bairros distintos. No entanto acreditamos que a apuração mais precisa deste indicador carece de aprofundamento e debate	1) Caso se deseje, de fato, concretizar políticas públicas considerando-se os territórios da cidade e suas mais diversas manifestações, talvez baseadas na concepção de “cultura viva”, faz-se necessário conhecer melhor a cidade. Ação 1 – Dividir a cidade, segundo critérios definidos de comum acordo (Secretaria e Sociedade Civil), para a implementação das ações nos espaços públicos (conforme Meta 1). Para a concretização desta ação, propõe-se que a Secretaria faça uma apresentação sobre os dados que tem e, nós, da Sociedade Civil, na figura dos Fóruns podemos preparar algo, também, nessa linha para apresentar. Depois das apresentações, define-se as divisões ainda preliminares para analisar a Meta 1. 2) Parece haver consenso de que a Plataforma CulturAZ não está adequada para a realização desta Meta 1. É necessário fazer a gestão dela, sob pena não conseguirmos acessar sequer os espaços e agentes que estão cadastrados (salienta-se que nem todos da cidade estão cadastrados). Ação 2– A Secretaria precisa urgentemente administrar a Plataforma para que ela cumpra a sua função
META 2   100% (cem por cento) de ampliação de atividades desenvolvidas nos equipamentos culturais descentralizados: 30% (trinta por cento) em até 3 (três) anos após a aprovação do Plano e 10% (dez por cento) a cada ano subsequente (base: atividades desenvolvidas em	Houve ampliação das atividades descentralizadas com a inauguração e início das atividades do CEU Ana Maria, que em 2019 realizou 1.368 atividades. Outros equipamentos descentralizados como o CEU Marek, também tiveram incremento de programação que ultrapassam a meta de 100%. Da mesma forma,	A ser esclarecido: a) “Equipamentos culturais descentralizados” não são apenas os CEUs Ana Maria e o Marek. É isso? Não dá pra dizer que foi cumprido 100% na medida que não se fez ainda de forma adequada a divisão da cidade em territórios? E nós dos Fóruns, como entendemos isso? Dependendo da



<p>2016).</p>	<p>projetos que incentivam a descentralização das ações, como o Territórios de Cultura, Santo André de Múltiplos Tons, Festival Multicultural e Ação Territorial, ampliaram consideravelmente as ações descentralizadas atendendo bairros como o Jardim Santo André, Jaçatuba, Vila de Paranapiacaba, entre outros. Os editais do Fundo de Cultura também priorizaram a descentralização.</p>	<p>resposta vamos dizer se foi cumprida ou não a Meta 2</p>
<p>META 3   30 (trinta) agentes comunitários de cultura desenvolvendo ações descentralizadas em até 1 (um) ano após a aprovação do Plano</p>	<p>A Secretaria de Cultura possui em seus quadros 05 agentes culturais na função de articulação territorial. Foram contratados 2 mediadores para experiência piloto do projeto Ação Territorial e 2 para o projeto Territórios de Cultura, sendo aprovado o resultado alcançado. Foi elaborado edital para contratação de mediadores territoriais de cultura, que não prosperou por conta de valores muito elevados apresentados por empresas que pretendiam fornecer o serviço. No final de 2019 foi realizada convocatória para a contratação de mediadores em 2020, ação prejudicada por conda da Pandemia Covid-19. Cerca de 90 educadores da rede pública de educação foram sensibilizados para atuar como agentes de memória através do projeto Santo André é Você!</p>	<p>Observações:</p> <p>1.Seria interessante que a Secretaria disponibilizasse todo o material coletado pelos 90 educadores porque eles podem conter pistas interessantes para trabalhar a questão territorial.</p> <p>2.Quando se pretende contratar os mediadores de cultura, visto que as atividades presenciais já estão retornando, a exemplo das escolas? Em que rubrica estão previstos os recursos para o pagamento desse pessoal?</p> <p>Para além dessa contratação, é preciso considerar como estão sendo repostos os funcionários que se aposentam, porque isso impacta fortemente sobre a realização de muitas metas do PMC. Para isso, é necessário ter orçamento.</p>
<p>META 4   Rede de 20 (vinte) Pontos de Cultura, Leitura e Memória, e 1 (um) Pontão de Cultura, implantada em até 8 (oito) anos após a aprovação do Plano, sendo: 5 (cinco) Pontos entre 2 (dois) e 4 (quatro) anos após a aprovação do Plano; 10 (dez) Pontos entre 5 (cinco) e 7 (sete) anos após a aprovação do Plano; 20 (vinte) Pontos e 1 (um) Pontão em até 8 (oito) anos após a aprovação do Plano, com adoção do conceito de Pontos/Pontão de Cultura conforme critérios do Ministério da Cultura - MinC.</p>	<p>A interrupção da política federal relacionada à esta ação impede a sua execução</p>	<p>Pergunta: Depende apenas de recurso federal e estadual? O município também não tem responsabilidade sobre isso?</p>
<p>META 5   100% (cem por cento) das resoluções dos Conselhos e Comissões vinculados à Secretaria de Cultura, aplicadas</p>	<p>Houve diálogo e aplicação de todas as resoluções dos mecanismos de participação.</p>	<p>A questão não parece ser assim tão simples. Há, por exemplo, que se considerar o impedimento de uso da fala de pessoas da sociedade civil nas</p>



<p><i>durante a vigência do Plano.</i></p>		<p><i>reuniões do CMPC. Assim, não se pode falar apenas de resoluções, como se elas não fizessem parte de um processo de discussão.</i></p>
<p><i>META 6   1 (um) curso anual de gestão pública e políticas culturais, destinado aos integrantes de Conselhos e Comissões vinculados à Secretaria de Cultura, em até 2 (dois) anos após a aprovação do Plano.</i></p>	<p><i>Está em discussão com o CMPC o tipo de ação de formação que será realizada. A previsão era iniciar a ação em março/2020, no entanto não houve a conclusão do debate e a ideia proposta inicialmente envolvia basicamente ações de campo, cuja realização é inviável até o momento por conta da pandemia Covid-19.</i></p>	<p><i>Há muito foi proposta uma formação em que os territórios fossem ao mesmo tempo lugares de produção de cultura e de formação dos integrantes de Conselhos e Comissões. Mas, este debate nunca foi efetivamente enfrentado no Conselho (exemplo trazido por Neri é a experiência vivida no Vale do Paraíba pelo Conselho de Turismo como um bom exemplo a ser seguido).</i></p> <p><i>Segue extrato do texto entregue em 2019:</i></p> <p><i>“Esse esforço para conhecer os espaços, grupos e pessoas que produzem cultura na cidade tem como objetivo principal pensar no processo de formação dos conselheiros do Conselho Municipal de Políticas Culturais. Buscava-se encontrar pistas para sugerir uma proposta de formação.</i></p> <p><i>Mas, os dados obtidos indicam que há muito por conhecer sobre a cultura produzida pelos diferentes em nossa cidade. Isto posto, fica difícil fazer uma proposta de formação que não considere esse desconhecimento. Sem conhecer a cidade, suas culturas, corremos o risco de termos uma formação de cima para baixo, sem qualquer conexão com a cidade e seus atores.</i></p> <p><i>Por isso, propomos que nossa formação incorpore, de um lado, conhecer a cidade e sua produção cultural em andamento, de outro, a partir deste conhecimento, refletirmos sobre as questões que a própria população nos indique.</i></p> <p><i>Para isso, é preciso demarcar territórios, agregando bairros, para que a cidade possa ser mais bem conhecida por nós. Dividimos a cidade em sete territórios, a título de proposta inicial, pela proximidade dos bairros e certa similaridade entre eles, para que visitemos esses lugares e conversemos com quem ali habita. No campo da cultura, é importante:</i></p> <ul style="list-style-type: none"><li><i>• Saber o que fazem.</i></li><li><i>• Conhecer os seus sonhos, para orientar as políticas públicas a serem implantadas e</i></li></ul>



		<p>desenhadas.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>• Ativar as energias existentes em cada lugar.</li></ul> <p>Extrato do texto: <i>FORMAÇÃO DOS CONSELHEIROS DO CMPC DE SANTO ANDRÉ - Uma formação que tenha como vetor a cultura dos diferentes em nossa cidade: seus atores, espaços e projetos (22 de outubro de 2019)</i>"</p>
<p><i>META 7   Continuidade e manutenção do Fórum de Usuários de Equipamentos e Projetos, em funcionamento desde o ano de 2016, durante a vigência do Plano.</i></p>	<p><i>Foram mantidas as atividades do Fórum de Usuários de Equipamentos e Projetos</i></p>	<p><i>Onde?</i></p>
<p><i>META 8   100% (cem por cento) dos equipamentos culturais sob gestão da Secretaria de Cultura com Conselhos Gestores em até 4 (quatro) anos após a aprovação do Plano.</i></p>	<p><i>Sete equipamentos de cultura possuem estruturas de gestão compartilhada: os CEUS Ana Maria e Marek possuem conselhos gestores; a Orquestra e o Museu de Santo André possuem associações (AMETOSA e AMUSA, respectivamente); a ELT possui um fórum onde todas as decisões são tomadas coletivamente; existe a Comissão de alunos, ex- alunos e pais de alunos da ELD; existe a comissão de pais e alunos da EMIA; há proposta de criação de Comissão de alunos e usuários da ELCV. A sistematização das experiências existentes para formalização e apresentação ao CMPC está registrada em processos administrativos: 43943/19 – Casa da Palavra; 43944/19 – Casa do Olhar; 43950/19 – ELCV; 43952/19 – ELD; 43947/19 – CEU Ana Maria; 43954/19 – EMIA; 43945 – Bibliotecas; 43949 – CEU Marek; 43953 – ELT.</i></p>	<p><i>Seria bom que a Sociedade Civil tivesse acesso à sistematização feita conforme consta no Relatório de Monitoramento:</i></p> <p><i>“A sistematização das experiências existentes para formalização e apresentação ao CMPC está registrada em processos administrativos: 43943/19 – Casa da Palavra; 43944/19 – Casa do Olhar; 43950/19 – ELCV; 43952/19 – ELD; 43947/19 – CEU Ana Maria; 43954/19 – EMIA; 43945 – Bibliotecas; 43949 – CEU Marek; 43953 – ELT”.</i></p> <p><i>É preciso aprofundar o debate sobre os equipamentos culturais. Por exemplo, a apresentação feita pelo Executivo sobre os equipamentos em construção e reforma ficou na mera descrição. Cultura exige mais do que assim. Assim, o GT de Estudos toma um trecho de texto de Conceição Evaristo:</i></p> <p><i>“O céu, as nuvens, as estrelas, sinais do infinito que minha e mãe e tia nos ensinaram a olhar e a sentir. E desse assunto a vida, que foi ensinado por elas, ficou essa minha <b>mania de buscar a alma, o íntimo das coisas</b>. De recolher os restos, os pedaços, os vestígios, pois creio que a escrita, pelo menos para mim, é o pretensioso desejo de recuperar o vivido. A escrita pode eternizar o efêmero...” (Conceição Evaristo, 2021)</i></p>
<p><i>META 9   Encontro Municipal de Cultura, para debate ampliado sobre políticas culturais, a ser realizado anualmente em até 1 (um) ano após a aprovação do Plano.</i></p>	<p><i>Está sendo discutido junto ao CMPC o tipo de encontro a ser realizado. Em 2018 foi realizado o I Encontro de Produtores Culturais para discussão de financiamento a projetos e, em 2019, foi realizado encontro para discussão dos Planos político</i></p>	<p><i>Não se pode confundir Encontro Municipal de Cultura com outras ações que devem fazer parte, por exemplo, das Escolas Livre, como os planos político pedagógicos. Mesmo que guardem relação, são qualitativamente diferentes. O debate ampliado das</i></p>



	<p><i>pedagógicos das Escolas Livres. Está na pauta do CMPC a discussão do formato e características deste encontro a partir de 2020. No entanto a realização de um evento desta natureza, que envolva atividades presenciais, ficará prejudicado pela pandemia Covid-19.</i></p>	<p><i>políticas culturais implica estabelecer relações entre essas ações mais focadas e as grandes diretrizes do PMC e as demais ações em andamento, sob pena de fatiarmos o Encontro Municipal, sem conseguirmos olhar para a cidade.</i></p>
<p><i>META 10   Desenvolver e executar projeto específico e intergerencial para sensibilização nas diversas linguagens artísticas em até 1 (um) ano após a aprovação do Plano.</i></p>	<p><i>Não houve execução de projeto específico e intergerencial de sensibilização nas linguagens artísticas. No entanto, a Secretaria de Cultura adaptou experiência já existente do projeto EMIA Cidade - que passou a ser denominado Territórios de Cultura. Este projeto foi planejado em conjunto com o CMPC e executado a partir de planejamento conjunto das Gerências de Ação Territorial, Gerência de Incentivo à Criação Artística, Gerência de Bibliotecas, além da Sec. Educação e Sec. Cidadania e Inclusão Social. A sensibilização tem como foco não apenas as linguagens artísticas, mas as expressões culturais amplamente. A identificação de demandas das diversas regiões, mapeamento dos espaços, critérios de acesso e permanência, a construção de indicadores culturais de avaliação e as etapas de planejamento conjunto estão documentados no processo administrativo nº 44027/19.</i></p>	<p><i>Concretamente, o GT de estudos, formado só por pessoas da sociedade civil, não se consegue perceber esse projeto intergerencial.</i></p> <p><i>É preciso ver como concretizar isso.</i></p> <p><i>Como as Metas 10, 11, 12, 13, 14 e 15 tangenciam as ELTs e EMIA, há as seguintes observações:</i></p> <p><i>a)os que atuam nas escolas não conseguem ver como a discussão está impregnada do PMC. Assim, há coisas que acontecem que mais parecem ser de iniciativa individual do profissional do que do debate havido em torno do PMC;</i></p> <p><i>b)ações intergerenciais não se sobressaem;</i></p> <p><i>c)nos territórios não percebe a busca ativa. É possível verificar certos cursos acontecendo, mas tudo parece enclausurado no próprio curso, nas chamadas para as matrículas e nas apresentações para o público, por exemplo, a apresentação de dança em escolas depois de alguns meses de curso;</i></p> <p><i>d)há dois problemas quanto à relação das escolas com a demanda: um deles diz respeito ao limite de vagas; o outro, pessoas da periferia nem sempre têm acesso porque implica se deslocar e quem não tem dinheiro para isso não pode acessar os equipamentos e cursos oferecidos;</i></p> <p><i>e)a lógica de apresentações públicas a exemplo da orquestra nem sempre facilita o acesso para todos.</i></p>
<p><i>META 11   Avaliar e revisar as ações de formação anualmente a partir da aprovação do Plano.</i></p>	<p><i>Processo de consulta iniciado junto às comunidades participantes dos projetos sobre o modelo de avaliação. Os Projetos ELCV e Territórios de Cultura já aplicam avaliação por questionário aos orientadores/mediadores e aos alunos. Todo o processo de avaliação estará documentado no Processo Administrativo nº 18522/2020.</i></p>	
<p><i>META 12   Realizar estudos de</i></p>	<p><i>Dispomos de parâmetros para o</i></p>	



<i>demanda e de viabilidade para implantação de processos de formação em outras linguagens artísticas, em até 2 (dois) anos, 4 (quatro) anos e 6 (seis) anos após a aprovação do Plano.</i>	<i>levantamento de custos para implantação de processos de formação em outras linguagens. Está em elaboração o estudo de viabilidade de uma Escola de Música com previsão de entrega em outubro de 2020 e estará documentado no Processo Administrativo 18546/2020.</i>	
<i>META 13   10 (dez) alunos/ano de cada Escola Livre realizando monitoria remunerada em processos de sensibilização e iniciação, em até 2 (dois) anos após a aprovação do Plano.</i>	<i>Havia previsão de iniciar esta ação no primeiro semestre de 2020 com a contratação de 10 monitores. Esta meta foi prejudicada pela pandemia Covid-19.</i>	
<i>META 14   100% (cem por cento) das Escolas Livres e Escola Municipal de Iniciação Artística - EMIA com regimentos internos, em até 2 (dois) anos após a aprovação do Plano.</i>	<i>Está pactuado com as comunidades das Escolas que após a construção coletiva dos Planos Político-Pedagógicos (PPPS), seria iniciado o processo de construção dos Regimentos, ação prejudicada pela pandemia. O registro constará do Processo Administrativo nº 18543/2020.</i>	
<i>META 15   100% (cem por cento) de ações de iniciação artística da Secretaria de Cultura e da Secretaria de Educação articuladas em até 5 (cinco) anos após a aprovação do Plano.</i>	<i>Em 2019 foi organizada reunião com a Secretaria de Educação para analisar complementaridades dos processos de formação e para organizar seminário de reflexões sobre ações de iniciação cultural realizadas por ambas secretarias em 2020. A execução do seminário foi prejudicada por conta da pandemia Covid-19.</i>	
<i>META 16   2 (dois) cursos abertos de formação cidadã, a serem definidos pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais, em 25 (vinte e cinco) espaços públicos, considerando o equilíbrio territorial, que ocorrerão na seguinte conformidade: 1 - 2 (dois) cursos em 5 (cinco) espaços em até 2 (dois) anos após a aprovação do Plano; 2 - 2 (dois) cursos/ano em 10 (dez) espaços entre 3 (três) e 4 (quatro) anos após a aprovação do Plano; 3 - 2 (dois) cursos/ano em 15 (quinze) espaços entre 5 (cinco) e 6 (seis) anos após a aprovação do Plano; 4 - 2 (dois) cursos/ano em 20 (vinte) espaços entre 7 (sete) e 9 (nove) anos após a aprovação do Plano; 5 - 2 (dois) cursos/ano em 25 (vinte e cinco) espaços em até 10 (dez)</i>	<i>A execução da meta depende de discussão com o CMPC.</i>	<i>Está em andamento a discussão. Parece ser importante recuperar as observações contidas, pelos menos, nas Metas 1 e 2 e parte da proposta enviada por estes Fóruns datada de 23/03/21 (vide a seguir).</i>



Após apresentação do material, o conselheiro faz os seguintes apontamentos:

- Reforça a meta 05 que prevê 100% dos equipamentos de Cultura com Conselho Gestor, sendo que 07 equipamentos possuem em sua estrutura uma comissão ou associação. Questiona se houve debate com a comissão de pais e professores da EMIA sobre o chamamento;
- Fala sobre conflito e descontentamento entre os Fóruns, Secretaria de Cultura, Conselho e sociedade civil e retoma questionamento sobre a eleição do CMPC/SA, se ocorrerá ou será possível fazer as indicações para suprir as cadeiras vagas;
- Faz cobrança para a Formação que possuía calendário e ainda não ocorreu;
- Fala sobre dificuldade em dialogar com a Secretaria e autoritarismo por parte dela, sobre o esvaziamento do Conselho e dos Fóruns e o acúmulo de funções por aqueles que permanecem no CMPC/SA.

**- Marco Moretto Neto:**

- Esclarece que a discussão foi feita de forma ampla, com aqueles que tiveram interesse em participar e que permanece aberta para debate;
- Afirma que há um equívoco no entendimento sobre a reposição das cadeiras no Conselho, pois são duas situações distintas:

1- O mandato que venceu em 31 de maio de 2021 foi prorrogado através de Decreto e não é possível realizar eleição presencial até que haja condição sanitária que permita, já que por consenso se entende que realizá-la virtualmente excluiria a participação daqueles não incluídos digitalmente;.

2- Em relação a possibilidade de substituição de membros, o questionamento foi enviado ao Jurídico que ainda não respondeu.

- Reforça que no Regimento Interno do Conselho há um capítulo instruindo a substituição de membros, construído em conjunto com a sociedade civil e reforça que é necessário que os Fóruns estejam funcionando plenamente para que essa substituição seja viabilizada;
- Reforça também que a impossibilidade de realizar a eleição tem sido informada desde o início, já tendo sido deliberada por este conselho e agora novamente trazida a pauta para revisão

**- Neri Silva Silvestre:**

- Fala sobre a implantação dos Conselhos Gestores nos equipamentos, que deveria ter ocorrido, mas o debate foi adiado com o impasse sobre a nomenclatura e formato desses Conselhos;
- Reforça que devem ser Conselhos com autonomia para atuar e executar o Plano Municipal de Cultura dentro dos espaços;
- Fala sobre o desgaste nos diálogos, nas relações, dificuldade em resolver as pautas da sociedade civil e ações que tem acontecido de forma unilateral.

**- Reinaldo da Silva Cardoso Junior:**

- Afirma que as comissões que atuam nos sete equipamentos de Cultura que possuem essas estruturas não são oficiais e não estão realmente gerindo os espaços;
- Aborda as metas 05 e 08 do Plano Municipal de Cultura e questiona se é possível debatê-las e colocá-las em prática já que não dependem de orçamento.

**- Marco Moretto Neto:**

- Esclarece que o relatório de monitoramento do Plano Municipal de Cultura apresentado ao Conselho possui a visão do poder público e tem como proposta abrir o debate;
- Sobre a participação dentro dos equipamentos, afirma que o debate já foi feito com o Conselho e existem diversas formas de participação (comissões, fóruns, conselho gestor no caso dos CEU's, associações), pois, cada equipamento desenvolve ações e possui características próprias e diversas. Além disso, o público que interage com cada equipamento/serviço também tem características e dinâmicas próprias que devem ser respeitadas;
- Esclarece que o CMPC/SA é um conselho para deliberação sobre as políticas culturais e o canal de diálogo está aberto, mas é necessário sair do âmbito pessoal e cita como exemplo a ampla participação das comissões das Escolas Livres quando houve atraso no pagamento dos professores e o sequente e imediato esvaziamento desta participação após a resolução do caso específica.

**- Reinaldo da Silva Cardoso Junior:**

- Afirma que os critérios da convocatória da EMIA não foram debatidos com a sociedade civil e sugere que, caso esse processo ocorra nas demais Escolas Livres que tenha os critérios construídos em conjunto;
- Reforça a necessidade de mais conselheiros para a quantidade de trabalho.

**- Marco Moretto Neto:**

- Esclarece que é necessário entendimento sobre o Conselho e suas atribuições, pois, o CMPC/SA delibera sobre políticas culturais e há anos tem focado sua atuação em elaboração de editais que são instrumentos e muito pouco se debate sobre a política pública. Destaca que a convocatória para seleção de profissionais que atuam nas escolas é meta do CMPC e se constitui política pública amplamente discutida com a sociedade civil.

**- Neri Silva Silvestre:**

- Afirma que os editais fazem parte da política pública de cultura, que a sociedade civil deve participar dos processos decisórios e a Secretaria de Cultura deve ter bom senso em convidar a população para o debate;
- Fala sobre o esforço para compreensão de ambos os lados e a necessidade de trazer as demandas para debate junto a sociedade civil.

**- Marco Moretto Neto:**

- Afirma que o conhecimento dos conselheiros não é subestimado e há abertura para debate, os editais da LAB e de apoio foram construídos em conjunto com a sociedade civil, a Secretaria de

Cultura fez grande mobilização para elaborar o relatório de monitoramento do PMC para abrir o debate com o conselho e sociedade civil que ainda não ocorreu devido o foco nos editais.

**- Reinaldo da Silva Cardoso Junior:**

- Cita novamente a falta de conselheiros para participar das reuniões e trabalhos e fala sobre a dificuldade da sociedade civil em ter suas demandas atendidas;
- Fala sobre a falta de retorno da Secretaria de Cultura para solicitações como uso do outdoor do Teatro Municipal;
- Reforça que a meta 08 do PMC é de extrema importância para o funcionamento dos Fóruns e do Conselho, pois resolveria a questão da participação.

Marco Moretto Neto solicita que o conselheiro esclareça qual a divergência nessa meta, pois, o relatório aponta que está em fase inicial.

O conselheiro esclarece que não há divergências, apenas reforçou sua importância e questiona como a meta será viabilizada.

**- Neri Silva Silvestre:**

- Reforça que a Secretaria de Cultura e o Conselho devem responder aos questionamentos feitos pelo representante da EMIA;
- Afirma que o Conselho deve ser respeitado, pois é a ferramenta de diálogo entre a sociedade civil e o governo;
- Reforça a necessidade de ampliar o diálogo e o debate horizontal.

**- Reinaldo da Silva Cardoso Junior:**

- Questiona sobre a meta 06 do PMC que prevê curso de gestão para os conselheiros, sobre a indicação de nomes e o calendário para a formação, que não foi cumprido;
- Solicita que a EMIA seja pauta da próxima reunião ordinária do Conselho com direito a fala de um representante;
- Questiona se é possível dar andamento as metas do PMC que não dependem de orçamento;
- Sugere que cada equipamento de cultura faça mobilização para construção de seus conselhos gestores e cita como exemplo as bibliotecas municipais que estão dentro dos CESAS.

**- Marco Moretto Neto:**

- Esclarece que todos os recursos foram contingenciados devido a pandemia e, assim que o descontingenciamento ocorrer todos os procedimentos de contratação e viabilização da formação serão retomados, de acordo com as deliberações do Conselho;
- Afirma que é possível incluir a EMIA como item de pauta da próxima reunião com a fala de um representante expondo itens objetivos e bem pontuados;

- Com relação a mobilização para os conselhos gestores nos equipamentos de cultura, esclarece que neste momento as ações que geram aglomeração, tais como ação territorial e mobilizações, estão pausadas devido a pandemia.

**- Vitor Hugo Moraes:**

- Reforça a fala do Presidente do Conselho sobre as normas de segurança sanitária e esclarece que não é correto associar as bibliotecas exclusivamente ramais à Secretaria de Educação, pois, o público que as frequenta não pertence em maioria às escolas e CESAS, há um trabalho amplo com a comunidade. Além disso, as bibliotecas estão trabalhando com calendário diferenciado ao das escolas.

**Pauta da reunião ordinária de julho de 2021:**

- EMIA – com participação de um representante da sua comissão;
- Revisão das metas do Plano Municipal de Cultura.

O Presidente do CMPC/SA esclarece que a exclusão de metas no PMC deve ser feita na Conferência Municipal de Cultura.

Nada mais a tratar, foi dada por encerrada esta reunião às 20h45 presidida por Marco Moretto Neto e teve a presente ata lavrada por *Juliana Grillo Domenici*, secretária executiva deste Conselho.

Assinam os presentes:

	<b>Nome</b>	<b>Assinatura</b>
1	<i>Alex Francisco Pereira</i> <i>Secretaria De Habitação e Regularização Fundiária</i>	Ausente
2	<i>Alexandre Takara</i> <i>Fórum de Usuário de Equipamento e Projetos Culturais</i>	Ausente
3	<i>Alexandro Teixeira</i> <i>Fórum de Entidades Culturais Juridicamente Formalizadas</i>	Ausente
4	<i>Antônio Inácio de Siqueira Junior</i> <i>Secretaria de Cultura</i>	<b><u>Presente</u></b>
5	<i>Daniele Cristina Vieira</i> <i>Unidade de Comunicação e Eventos</i>	Ausente
6	<i>Denise Bizi</i> <i>Fórum de Coletivos de Cultura</i>	Ausente
7	<i>Eduardo Carriel</i> <i>Fórum de Trabalhadores da Cultura</i>	Ausente
8	<i>Eliane Mendana Diniz</i> <i>Secretaria de Cultura</i>	<b><u>Presente</u></b>
9	<i>Erik Vidal</i> <i>Fórum de Entidades Culturais Juridicamente Formalizadas</i>	Ausente
10	<i>Fernando Volpi</i> <i>Fórum de Coletivos de Cultura</i>	Ausente
11	<i>Gilvan Ferreira de Souza Junior</i> <i>Secretaria de Desenvolvimento e Geração de Emprego</i>	Ausente
12	<i>Guaraci Pereira</i> <i>Fórum de Coletivos de Cultura</i>	Ausente



13	<i>Idivaldo da Cunha</i> <i>Secretaria de Cidadania e Assistência Social</i>	Ausente
14	<i>Jéssica Garcia da C. Morais</i> <i>Fórum de Usuário de Equipamento e Projetos Culturais</i>	Ausente
15	<i>José Roberto Panoni</i> <i>Secretaria de Esporte e Prática Esportiva</i>	Ausente
16	<i>José Turíbio de Oliveira</i> <i>Fórum de Universidades Públicas</i>	Ausente
17	<i>Andreia Geraldo</i> <i>Secretaria de Esporte e Prática Esportiva</i>	Ausente
18	<i>Jurema Barreto de Souza</i> <i>Fórum de Trabalhadores da Cultura</i>	Ausente
19	<i>Marcelo Ferreira Schiavo</i> <i>Fórum de Usuário de Equipamento e Projetos Culturais</i>	Ausente
20	<i>Marco Moretto Neto</i> <i>Secretaria de Cultura</i>	<b><u>Presente</u></b>
21	<i>Maria Ap. Silva Simka</i> <i>Fórum de Coletivos de Cultura</i>	Ausente
22	<i>Maria de Fátima Carvalho</i> <i>Fórum de Trabalhadores da Cultura</i>	Ausente
23	<i>Mayra Gusman de Souza</i> <i>Secretaria de Cultura</i>	Ausente
24	<i>Neri Silva Silvestre</i> <i>Fórum de Usuário de Equipamento e Projetos Culturais</i>	<b><u>Presente</u></b>
25	<i>Oswaldo Rocha da Silva</i> <i>Fórum de Entidades Culturais Juridicamente Formalizadas</i>	Ausente
26	<i>Rafael Garcia dos Santos</i> <i>Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária</i>	Ausente
27	<i>Ana Paola Martins Zanei</i> <i>Unidade de Comunicação e Eventos</i>	<b><u>Presente</u></b>
28	<i>Reinaldo da Silva Cardoso Junior</i> <i>Fórum de Coletivos de Cultura</i>	<b><u>Presente</u></b>
29	<i>Rejane Alves</i> <i>Fórum de Entidades Culturais Juridicamente Formalizadas</i>	Ausente
30	<i>Roberto Carlos Sallai</i> <i>Fórum de Universidades Públicas</i>	<b><u>Presente</u></b>
31	<i>Rosângela de Jesus Domeniquelli das Chagas</i> <i>Secretaria de Educação</i>	Ausente
32	<i>Rubens Gallino Junior</i> <i>Secretaria de Desenvolvimento e Geração de Emprego</i>	<b><u>Presente</u></b>
33	<i>Simone Zárate</i> <i>Secretaria de Cultura</i>	Ausente
34	<i>Telma Canevazzi</i> <i>Secretaria de Cidadania e Assistência Social</i>	<b><u>Presente</u></b>
35	<i>Valéria Fonseca</i> <i>Secretaria de Cultura</i>	<b><u>Presente</u></b>
36	<i>Vitor Hugo Moraes</i> <i>Secretaria de Cultura</i>	<b><u>Presente</u></b>
37	<i>Viviane Gomes da Rocha</i> <i>Secretaria de Cultura</i>	<b><u>Presente</u></b>



38	<i>Viviane Havranek de Sousa</i> <i>Secretaria de Educação</i>	Ausente
39	<i>Zeca Del Bueno</i> <i>Fórum de Coletivos de Cultura</i>	Ausente
40	<i>Zhô Bertholini</i> <i>Fórum de Trabalhadores da Cultura</i>	Ausente